

Termo de Referência 30/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2023	154054-FUNDACAO UNIVERS.FEDERAL /MS	GUSTAVO DA SILVA ALMEIDA	15/09/2023 12:04 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;		23104.019030/2023-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição com instalação de toldo tipo cobertura para veículos de passeio e proteção de alguns locais de passagens de alunos, servidores e demais transeuntes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul em Campo Grande e nos demais Câmpus, conforme formalização de demanda SEI (Nº 4117837) para atendimento da Diretoria de Serviços e Logística - DISERV/PROADI da UFMS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TOLDO, TIPO PASSARELA FIXA, LARGURA 2,65 CM, COMPRIMENTO 4,80 CM, MATERIAL LONA SINTÉTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTRUTURA EM AÇO, ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO, REVESTIMENTO PROTEÇÃO RAIOS UV, ANTIFÚNGIO. ALTURA: 2,50 METROS.	600.960	Unidade	649	R\$ 6.178,17	R\$ 4.009.623,33

2	TOLDO, TIPO PASSARELA FIXA, LARGURA 2 M, COMPRIMENTO 7,60 M, MATERIAL LONA SINTÉTICA, REVESTIMENTO PROTEÇÃO RAIOS UV, ANTIFÚNGIO, ANTIINFLAMÁVEL, ACESSÓRIOS PARAFUSOS AUTOBROCANES. ALTURA: 2,50 METROS.	600.861	Unidade	14	R\$ 6.316,67	R\$ 88.433,38
---	---	---------	---------	----	--------------	---------------

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar N.º 57/2023, e inciso XIII do Artigo 6º da Lei 14.133/2021: *aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

1.4. Observar atentamente a unidade de cotação e a unidade de fornecimento, quando discriminadas na descrição complementar.

1.5. A licitação será por itens, atendendo ao Art. 40, inciso V, alínea b, e §§ 2º e 3 da Lei nº 14.133, de 2021. *Justificativa para o parcelamento ou não do objeto: conforme ETP DIGITAL 57/2023 (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022). As compras, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021). Devem também ser observadas as regras do artigo 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento. No caso desta licitação, será seguida a regra do parcelamento, com lances por item.*

1.6. Em razão do catálogo eletrônico de padronização para compras (inciso II caput Artigo 19 da Lei 14.133/2023), que será utilizado conforme o Parágrafo 1º do Artigo 19 da Lei 14.133/2023 ainda não estar vigente, todas as especificações são retiradas do código do novo catálogo CATMAT, *no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.* As descrições complementares indicam alguma especificidade necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e imparcial. A exemplo dos pregões anteriores, às licitações deste tipo de material, ocorrem vários fornecedores do ramo, sendo a descrição dos itens ensejando um certame competitivo.

1.7. Os itens serão licitados por ampla concorrência, considerando que os valores são superiores a R\$ 80.000,00. Neste caso, deixa de ser aplicado o Artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015).

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias contados do(a) data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021. Este prazo de vigência deve ser o suficiente para a entrega do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários.

1.8.1. Trata-se de fornecimento caracterizado como não continuado: *quando se trata de uma entrega de bens sem que haja uma demanda de caráter permanente. Uma vez finalizada a entrega, resolve-se a necessidade que deu*

azo ao contrato. Estes usam o art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, como fundamento e partem apenas de créditos do exercício corrente, salvo se inscritos no Plano Plurianual.

1.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso – Artigo 22 – Decreto 11462/2023;

1.10. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços, terão sua vigência estabelecida na forma prevista nos Arts. 35 e 36 do Decreto 11462/2023.

1.11. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.12. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.13. Em caso de haver órgãos participantes na IRP:

**1.13.1.** O número máximo de participantes, cuja sede estiver localizada fora do local de entrega da UASG GESTORA, será analisada também em conformidade com o número de itens presentes no Termo de Referência, a quantidade de agentes de contratação e suas agendas, o tempo demandado para a licitação, a necessidade de utilização do objeto licitado pela UASG GESTORA e a tramitação interna processual.

**1.13.2.** Os quantitativos que poderão ser aceitos serão fixados conforme o tipo e a quantidade da unidade de fornecimento dos itens (em se tratando de UASGS localizadas fora do local de entrega da UASG GESTORA). Prerrogativa esta, dada pelos incisos I e II do Artigo 7º Decreto 11462/2023:

*Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:*

*I - Realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;*

*II - Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:*

*os quantitativos considerados ínfimos;*

*a inclusão de novos itens; e*

*os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.*

**1.13.3.** Quanto à inclusão de novos itens por desdobramento, em caso de intenção de participação de UASGS fora da sede da entrega dos materiais da UASG GESTORA, em função da capacidade operacional da UASG, quanto a nº de pregoeiros e prazos de realização da licitação, por necessidade de demanda dos itens pelos setores requisitantes, os critérios de aceitação serão analisados quanto:

**1.13.3.1** A precedência por data de solicitação da manifestação da UASG (a que se manifestar primeiro);

**1.13.3.2** O limite total de 330 itens (já incluídos os itens desdobrados);

**1.13.3.3** A quantidade a ser manifestada (será analisada a questão de quantitativos considerados ínfimos em relação ao quantitativo da UASG GESTORA).

**1.13.4.** As competências do órgão ou Entidade Participante em manifestar seu interesse em participar do registro de preços estão estabelecidas no art. 8º do Decreto nº 11462/2023.

**1.14.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital, a Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares 57/2023, apêndice deste Termo de Referência.

Conforme o disposto no Inciso IV, Parágrafo 1º do Artigo 18, combinado com o inciso III do Artigo 40 da Lei 14.133 /2021, as justificativas das quantidades a serem adquiridas foram enviadas pelas unidades requisitantes e estão disponíveis no processo, por meio do DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA SEI Nº 4117837. A consolidação das previsões internas elaboradas pelas unidades requisitantes da UFMS estão no ETP 57/2023.

### 3. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Fazendo referência ao ETP DIGITAL 57/2023:

3.1.1. A UFMS é uma Instituição pública federal de educação superior, de qualidade, gratuita, financiada pelos cidadãos brasileiros, inclusiva e socialmente referenciada, que atua mediante processos integrados de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação; para gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano em um ambiente sustentável, e formar profissionais que atendam aos anseios da sociedade brasileira.

3.1.2. Dentro da área de ensino, em diversos setores da UFMS, diversas pesquisas estão sendo desenvolvidas atualmente, que requeremos mais variados tipos de material para uso laboratorial. A previsão de demanda atual contempla os mais variados tipos de produtos para uso em laboratórios, com especificações diretamente relacionadas à necessidade de aplicação e com especificações diretamente relacionadas à obtenção de resultados satisfatórios no campo da pesquisa, como também nas aulas práticas nas áreas afins.

3.1.3. As unidades requisitantes informaram o enquadramento da demanda no PDI Institucional, conforme ETP DIGITAL 57/2023.

3.2. A referida demanda contempla as previsões para os setores da UFMS realizadas para o biênio 2023/2024 e estão no documento 4117839. As especificações técnicas dos bens e a quantidade dos materiais solicitados foi calculada pelas unidades, com base no histórico de utilização dos mesmos, conforme consta dos documento de formalização de demanda 4117837, devidamente atestados pela Unidade Requisitante.

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2023], conforme detalhamento a seguir:

- . 1. ID PCA no PNCP: 15461510000133-0-000001/2023;
- I. 2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
- II. 3. Id do item no PCA: 3849 e 3850;
- III. 4. Classe/Grupo: 7230;
- IV. 5. Identificador da Futura Contratação: 10/2023.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.: “As etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, bem como a obtenção de matérias-primas e insumos e o processo produtivo são inerentes aos fabricantes, pela própria natureza do produto (toldo para cobertura de estacionamento e passarela, e a disposição final deverá estar conforme o Plano de Logística sustentável e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (página 74 a 77), a seguir”.

I - Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;



II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

V – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

VI – preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

VII – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

VIII – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

IX – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

X – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

XI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

XII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. Sustentabilidade:

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial -OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 5ª EDIÇÃO.

5.1.3. Ex.: "No que couber, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."

5.1.4. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, solicitar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 do fabricante, comprovando seu registro regular. Foram solicitados alguns certificados de calibração nas descrições complementares de alguns itens da planilha.

5.1.5. "Para os demais itens relacionados na planilha, no que couber, em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo

fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."

5.1.6. Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis : ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU

UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados

produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos

potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora(art. 17, II, da Lei nº 6.938/81). Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013):

5.1.6.1. produtor, importador, exportador, comercializador e usuário técnico de quaisquer das substâncias controladas pelo

Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), bem como os centros de regeneração e de incineração; comerciante de: motosserras; combustíveis; derivados de petróleo; mercúrio metálico; produtos químicos e perigosos;

5.1.7. Prevenção na geração de resíduos, procurando-se, na fase de planejamento contratual, reduzir a quantidade de resíduos que serão gerados na instalação.

**5.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

5.3. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

**ESTRUTURA METÁLICA**

Tubos em aço galvanizado de 1.1/4 e de 2, chapa #16, buchas com pino e com furo, parafusos auto brocante.

**PINTURA**

O processo de acabamento da estrutura metálica deverá ser por pré-pintura através de sistema eletrostático a pó com resina a base de poliéster conforme Norma ABNT10443 com camada de 60 microns (média), na cor BRANCA, ou por pré tratamento por processo de galvanização a fogo segundo as normas ABNT: NBR 6323.

**TOLDO**

Toldo em lona sintética, com tratamento contra raios UV, antifúngico, que não propaga fogo, cor a definir pela contratante.

**FUNDAÇÃO**

A estrutura metálica deverá ser fixada e sustentada através de chumbadores galvanizados, engastados em bloco e estaca de concreto armado.

**5.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:**

5.3.1. Não haverá vedação de nenhuma marca ou modelo, contanto que o material siga as características contidas no Estudo Técnico Preliminar.

**5.4. Da exigência de amostra**

5.4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, quando e se for o caso poderá apresentar amostra do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da convocação, bem como:

- I) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original;
- III) será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata (Inciso II, Artigo 18 Decreto 14.133/2023).

5.4.2. A data, local e horário da apresentação da amostra será divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

5.4.3. As amostras poderão ser entregues no endereço Diretoria de Gestão de Contratações – UFMS – Avenida Costa e Silva - prédio das Pró-Reitorias - UFMS, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, de Segunda a Sexta-Feira, em Campo Grande/MS.

No prazo limite de 07 (sete) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

5.4.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

5.4.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

5.4.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

I) o toldo deve ser de material anti-inflamável com proteção a raios UV;

II) a estrutura em aço deve possuir acabamento em esmalte sintético.

5.4.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.4.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

5.4.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

5.4.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

5.4.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

## 6. SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de Entrega:

8.1.2. O prazo máximo de entrega dos itens será de até 60 (sessenta) dias, parcelado conforme liberação orçamentária, contados da assinatura do Contrato.

8.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- Cidade Universitária - Estacionamentos da AGEAD, Reitoria, Multiuso II, ESAN, FACFAN, FAALC e UNITAL;  
Endereço:

Campo Grande: Av. Costa e Silva, s/nº, Bairro Universitário, CEP 79070-900;

- CPAQ - Câmpus de Aquidauana - Unidade II: Rua Oscar Trindade de Barros, 740, Bairro da Serraria, CEP 79200-000;

- CPAN – Câmpus de Corumbá - Unidade II: Rua Poconé, Bairro Universitário, CEP 79304-902; CPAR – Câmpus de Paranaíba:

Av. Pedro Pedrossian, 725, Bairro Universitário, CEP 79500-000;

- CPPP – Câmpus de Ponta Porã: Rua Itibiré Vieira, s/nº, Residencial Julia Oliveira Cardinal BR 463 – Km 4,5, CEP 79907-414;

- CPCS – Câmpus de Chapadão de Sul: Rod MS 306, Km 105, CEP 79560-000;

- CPNV – Câmpus de Naviraí: Rod MS 141, Km 04;

- CPNA – Câmpus de Nova Andradina: Av. Rosilene Lima Oliveira, 64, Bairro Universitário, CEP 79750-000;

- CPCX – Câmpus de Coxim: Av. Marcio Lima Nantes, s/nº, Vila da Barra, CEP 79400-000;

- CPTL - Câmpus de Três Lagoas - Unidade II: Av. Ranulpho Marques Leal, 3484, Três Lagoas/MS – 79613-000.

## 9. MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 2 (dois) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

9.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

9.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

9.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

9.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

9.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (TRINTA) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

9.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

9.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

9.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

9.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

9.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. 10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3. 10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4. 10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5. 10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6. 10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7. 10.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8. 10.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9. 10.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

10. 10.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

11. 10.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
12. 10.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
13. 10.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
14. 10.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
15. 10.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
16. 10.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
17. 10.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
18. 10.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
19. 10.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
20. 10.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
21. 10.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
22. 10.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 11.1. Recebimento do objeto

11.1.1. Não serão aceitos materiais com quantitativo em desacordo com o autorizado.

11.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, **de forma sumária**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 (para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

11.1.4.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.5.1. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **11.2. Recolhimento de material enviado em desconformidade**

11.2.1. Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

11.2.2. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

**11.2.3. Recesso de Fim de Ano:** Não haverá recebimento de material, na SEPAT/DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.

11.2.4. No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

## **12. LIQUIDAÇÃO**

12.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

12.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 12.3.1. o prazo de validade;
- 12.3.2. a data da emissão;
- 12.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 12.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 12.3.5. o valor a pagar; e

12.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas

no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 13. PRAZO DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

13.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação **do índice de correção monetária a seguir explicitado: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:**

**EM = I x N x VP, sendo:**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela a ser paga.**

**I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:**

<b>I = (TX)</b>	<b>I = (6/100)/365</b>	<b>I = 0,00016438</b>
		<b>TX = Percentual da taxa anual = 6%</b>

#### 13.3. Forma de pagamento

13.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável

13.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 14. CESSÃO DE CRÉDITO

14.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

14.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

14.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o , art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992 tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

14.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

15. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

15.2. Forma de fornecimento

15.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado conforme disponibilidade orçamentária.

15.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

15.3.1. Habilitação jurídica

15.3.1.1. Pessoa física: não será admitida pois a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar

15.3.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.3.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja

aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.3.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.3.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.3.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.3.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial,



sucursal ou

agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

15.3.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.3.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

15.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.3.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.3.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.3.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.3.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento

diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de

contribuintes estadual e municipal.

15.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

15.3.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

15.3.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

15.3.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

15.3.3.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

15.3.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e

poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

15.3.3.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída

há menos de 2 (dois) anos;

15.3.3.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil

para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

15.3.3.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

15.3.3.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15.3.4. Qualificação Técnica

15.3.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido

(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

15.3.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados

com as seguintes características mínimas:

15.3.4.2.1. A licitante deverá comprovar habilidade em fornecer os materiais compatíveis com as características, quantidade e prazos estabelecidos na licitação através de atestado de capacidade de fornecimento de no mínimo 50% (324 unidades do item 1 e 7 unidades do item 2) do quantitativo estabelecido neste Termo de Referência.

15.3.4.2.2. Para acompanhamento da instalação do produto, a empresa licitante deverá apresentar responsável técnico, graduado em engenharia, devidamente reconhecido pelos órgãos competentes, com acervo técnico compatível com o objeto desta contratação. Esse responsável técnico deverá coordenar/acompanhar toda a instalação.

15.3.4.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

15.3.4.4. Para todos os itens, os licitantes **deverão apresentar** comprovação de possuir em seu quadro permanente, na fase de habilitação, RESPONSÁVEL TÉCNICO devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, responsável pelos serviços constantes na proposta, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

15.3.4.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na fase de habilitação, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, **ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.**

15.3.4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.3.4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da

contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.3.4.6. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

15.3.4.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o

contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

15.3.4.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

15.3.4.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

15.3.4.6.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

15.3.4.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

15.3.4.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

15.3.4.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 16. SANÇÕES

Comete infração administrativa nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, a contratada que, na fase de execução contratual:

16.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

16.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.13 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021, conforme Artigo 156, seguintes sanções:

I – Advertência: será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II – Multa: Será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14133/2021;

III - Impedimento de licitar e contratar: será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.2, 16.3, 16.4, 16.5, 16.6 e 16.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: Esta sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.8, 16.9, 16.10, 16.11 e 16.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.2, 16.3, 16.4, 16.5, 16.6 e 16.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III (impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.14 Conforme o § 1º do artigo 156 da Lei 14.133/2021, na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.15 A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.13 (DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR) será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de **competência exclusiva da autoridade máxima da entidade**;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

16.16 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do sub item 16.13 poderão ser aplicadas cumulativamente com sanção a prevista no inciso II deste mesmo sub item.

16.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.18 A aplicação das sanções previstas no item 16.13 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.19 Conforme o Art. 157 da Lei 14.133/2021, na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.3, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.20 Conforme o Art. 158 da Lei 14.133/2021, a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.13 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.20.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.20.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.21 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

16.22 Conforme o Artigo 159 da Lei 14133/2021, os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

16.23 Conforme o Art. 160 da Lei 14.133/2021, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.24 Conforme o Art. 161 da Lei 14.133/2021, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de

aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

16.24.1 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **item 16.13 deste Termo de Referência**, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

16.25 De acordo com o Art. 162 da Lei 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

16.25.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

16.26 Conforme o Artigo 163 da Lei 14.133/2021, é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16.26.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos 16.8 e 16.12 deste Termo de Referência, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.098.056,71 (quatro milhões, noventa e oito mil cinquenta e seis reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1.

## 18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil. (Artigo 17 – Decreto 11462/2023).

18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 19. ACESSO A INFORMAÇÃO

19.1. Não há necessidade de enquadrar o presente Termo de Referência nos termos da Lei nº 12.527/2011.

## 20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),

[de 13 de novembro de 2020.](#)

**GUSTAVO DA SILVA ALMEIDA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 29/08/2023 às 12:32:55.*

**PATRICKSON CHAMORRO LUCAS PELZL**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 29/08/2023 às 12:45:17.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP57\_2023 (1).pdf (8.44 MB)

**Anexo I - ETP57\_2023 (1).pdf**



# Estudo Técnico Preliminar 57/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul visa a contratação para a prestação dos serviços de confecção e instalação de toldo tipo cobertura para veículos de passeio na unidade de Campo Grande e unidades do interior, no atendimento as normas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Vigilância Sanitária e Ambientais vigentes, sustentabilidade ambiental, economia da manutenção e preservação da frota de veículos da Universidade.

A contratação é necessária uma vez que os veículos da UFMS, principalmente dos campi, ficam estacionados em locais sem proteção contra a radiação solar e chuva. Assim sendo, há grande necessidade de se proteger os veículos que ficam diariamente estacionados sob forte radiação solar, expostos a altíssimas temperaturas, condições estas que danificam não só a pintura, bem como os acessórios e componentes do interior dos veículos, principalmente os painéis, computadores de bordo, aparelho de som /kit multimídia etc.

Além das coberturas para os veículos, também serão instaladas os toldos para proteção de alguns locais de passagens de alunos, servidores e demais transeuntes da UFMS.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DISERV/PROADI	Nilton Conde Torres

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O prazo de entrega dos bens é de 60 dias a partir do envio da respectiva nota de empenho assinada pela UFMS.

Local de Entrega e Instalação, Horário e condições de recebimento:

- Local:
- Cidade Universitária - Estacionamentos da AGEAD, Reitoria, Multiuso II, ESAN, FACFAN, FAALC e UNITAL;  
Endereço: Campo Grande: Av. Costa e Silva, s/nº, Bairro Universitário, CEP 79070-900;
- CPAQ - Câmpus de Aquidauana - Unidade II: Rua Oscar Trindade de Barros, 740, Bairro da Serraria, CEP 79200-000;
- CPAN – Câmpus de Corumbá - Unidade II: Rua Poconé, Bairro Universitário, CEP 79304-902;CPAR – Câmpus de Paranaíba: Av. Pedro Pedrossian, 725, Bairro Universitário, CEP 79500-000;
- CPPP – Câmpus de Ponta Porã: Rua Itibiré Vieira, s/nº, Residencial Julia Oliveira Cardinal BR 463 – Km 4,5, CEP 79907-414;
- CPCS – Câmpus de Chapadão de Sul: Rod MS 306, Km 105, CEP 79560-000;
- CPNV – Câmpus de Naviraí: Rod MS 141, Km 04;
- CPNA – Câmpus de Nova Andradina: Av. Rosilene Lima Oliveira, 64, Bairro Universitário, CEP 79750-000;
- CPCX – Câmpus de Coxim: Av. Marcio Lima Nantes, s/nº, Vila da Barra, CEP 79400- 000;
- CPTL - Câmpus de Três Lagoas - Unidade II: Av. Ranulpho Marques Leal, 3484, Três Lagoas/MS – 79613-000.

- Horário: das 07h às 11h e das 13h às 17h, em dia útil.

As montagens das estruturas do toldo deverão ser acompanhadas por profissional formalmente designado pela Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura.

Para participação nesta licitação a empresa licitante deverá possuir em seu quadro permanente, na fase de habilitação, RESPONSÁVEL TÉCNICO devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT em nome da licitante, expedida pelo CREA, CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto:

Ter executado no mínimo 324 unidades do item 1 e 7 unidades do item 2 referente ao serviço de confecção e instalação de toldo em estrutura de aço e lona sintética.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

O objeto deverá ser entregue pela Contratada, rigorosamente conforme descrito na especificação, do Termo de Referência, conforme o quantitativo da Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela contratante.

O servidor receptor, limitar-se-á a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar na mesma a data de recebimento, se for o caso, as irregularidades observadas.

A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte implica apenas em recebimento provisório.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

No prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, um servidor designado pela UFMS, procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a conformidade com o exigido neste Edital e com o constante na respectiva proposta de preço da licitante vencedora.

Caso satisfatórias as verificações, o servidor atestará a efetivação da entrega do material na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor financeiro, para fins de pagamento.

Caso insatisfatórias as verificações, o material deverá ser substituído, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação formal desta Administração.

Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades.

Os custos de substituição do material rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita. Questionamentos sobre a composição / dados técnicos dos produtos a serem licitados deverão ser dirigidas a DISERV/PROADI.

## 5. Critérios de Sustentabilidade

No que couber, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial -OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 4ª EDIÇÃO. Ex.: "Os critérios abaixo descritos estão embasados no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio [https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/copy2\\_of\\_AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/copy2_of_AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf) , bem como no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE) - Conforme e quando for o caso de aplicabilidade desse normativo para os itens em questão.

No que couber, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981. No que couber, o disposto nas Portarias INMETRO n.º 7 de 04/01/2011, n.º 643 de 30/11/ 2012 e n.º 410, de 16/08/2013 deve ser observado.

Nos termo do Decreto 7.746/2012, art. 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VIII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais.

## 6. Levantamento de Mercado

Pregão Eletrônico nº 37/2021(Anexo VI)

Contratação de empresa para instalação de estrutura tubular metálica em balanço coberta com tela de polietileno de alta densidade, para sombreamento e proteção de veículos no estacionamento externo do Fórum Federal de Limeira, com as características discriminadas neste memorial descritivo.

DO MATERIAL A SER FORNECIDO E COLOCADO

– MEDIDA DA ÁREA A SER COBERTA

A cobertura terá que abranger uma área de 30 metros de comprimento por 2,70 metros de largura, podendo ser dividido em módulos dos quais terão que totalizar 30 metros de comprimento.

- ESTRUTURA METÁLICA

Estrutura metálica tubular em balanço com soldagem através de sistema eletrônico MIG, de acordo com as Normas:

1. Cargas devido ao Vento (NBR-6123/88);
2. Cargas Acidentais Verticais – Sobrecargas (NBR-6120);
3. Aço (NBR-8800); 4. Aço Dobrado (AISI-BRASIL).

– PINTURA O processo de acabamento da estrutura metálica deverá ser por pré-pintura através de sistema eletrostático a pó com resina a base de poliéster conforme Norma ABNT10443 com camada de 60 microns (média), na cor BRANCA, ou por pré tratamento por processo de galvanização a fogo segundo as normas ABNT: NBR 6323.

- TELA (COBERTURA) Tela de polietileno de alta densidade (220 g/m<sup>2</sup> Premium) na cor AZUL, quimicamente aditivada, com alto índice de bloqueio UVA e UVB, e resistência mecânica, produzida em monofilamento e fita; sustentada sobre estrutura metálica e por cabos de aço galvanizados embutidos em barras costuradas nas extremidades da tela com linhas aditivadas com resinas de bonderização, tensionados e travados por catracas mecânicas.

– FUNDAÇÃO A estrutura metálica deverá ser fixada e sustentada através de chumbadores galvanizados, engastados em bloco e estaca de concreto armado.

- MATERIAIS COMUMENTE USADOS NO SOMBREADOR

A – Aços Estruturais • Perfis de chapa dobrada e tubos redondos com costura: ASTM A36 • Barras redondas rosqueadas: ASTM A-36;

B – Parafusos galvanizados: SAEE-1020 ”;

C - Telas sintética de polietileno de alta densidade 220g

## 7. Descrição da solução como um todo

Aquisição com instalação de toldo para tipo cobertura para veículos de passeio e proteção de alguns locais de passagens de alunos, servidores e demais transeuntes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul em Campo Grande /MS, conforme formalização de demanda SEI (Nº 4117837), para atendimento da Diretoria de Serviços e Logística - DISERV /PROADI, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da ata.

### DETALHAMENTO DO OBJETO

#### ESTRUTURA METÁLICA

Tubos em aço galvanizado de 1.1/4 e de 2, chapa #16, buchas com pino e com furo, parafusos auto brocante.

#### TOLDO

Toldo em lona sintética, com tratamento contra raios UV, antifúngico, que não propaga fogo, cor a definir pela contratante.

#### FUNDAÇÃO

A estrutura metálica deverá ser fixada e sustentada através de chumbadores galvanizados, engastados em bloco e estaca de concreto armado.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo foi baseado nas áreas dos estacionamentos e passarelas pertencentes à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com levantamento realizado conforme o demonstrativo abaixo:

Estacionamento do Multiuso II (157 unidades, totalizando 1.997,04 m<sup>2</sup>):

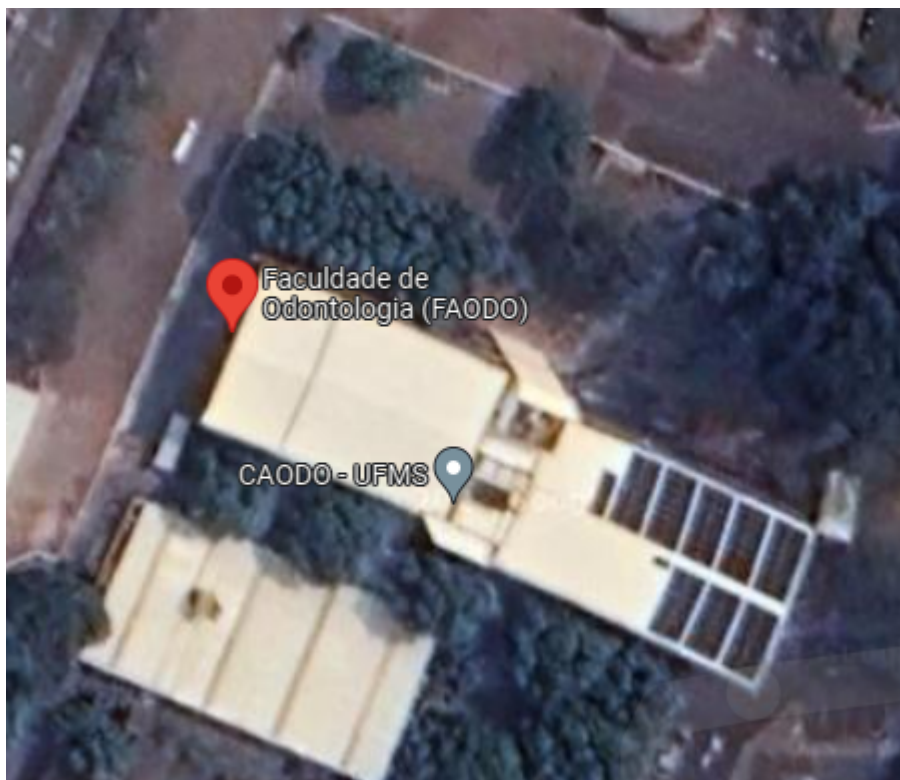


Estacionamento do Inisa (26 unidades, totalizando 330,72 m²):



Estacionamento da FAODO (30 unidades, totalizando 381,60 m²):

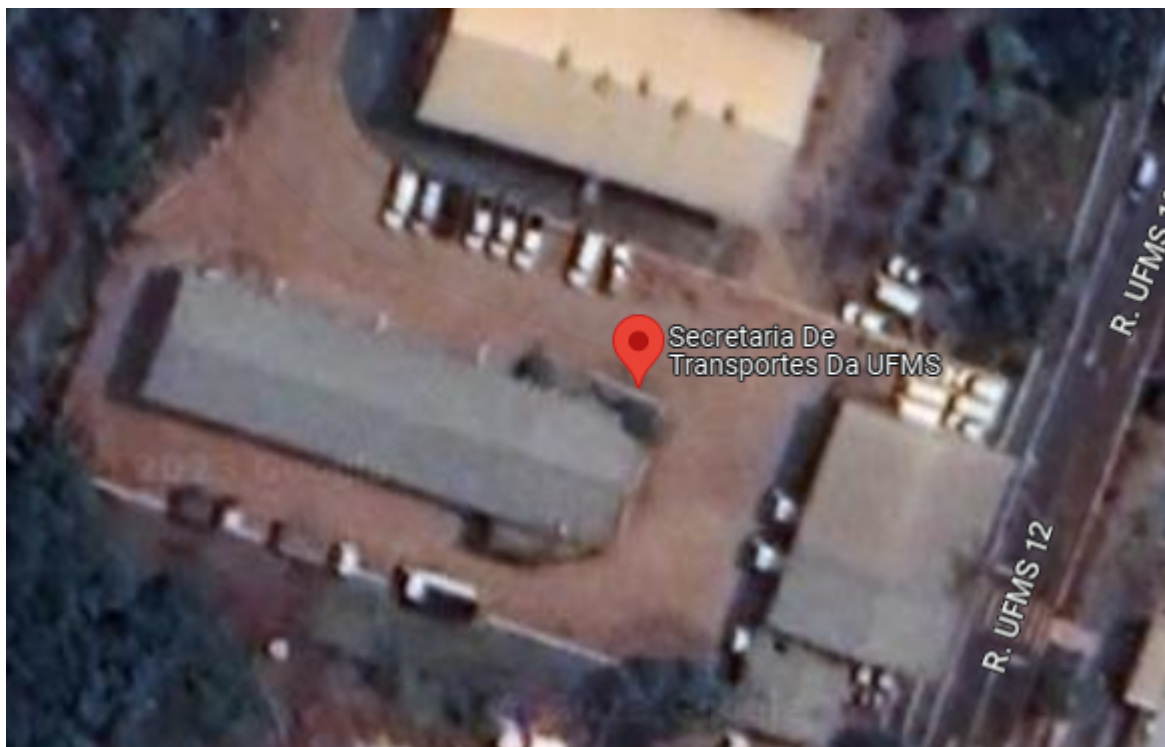




Estacionamento da Reitoria (25 unidades, totalizando 318 m²):



Estacionamento da SETRAN (20 unidades, totalizando 254,40 m²):

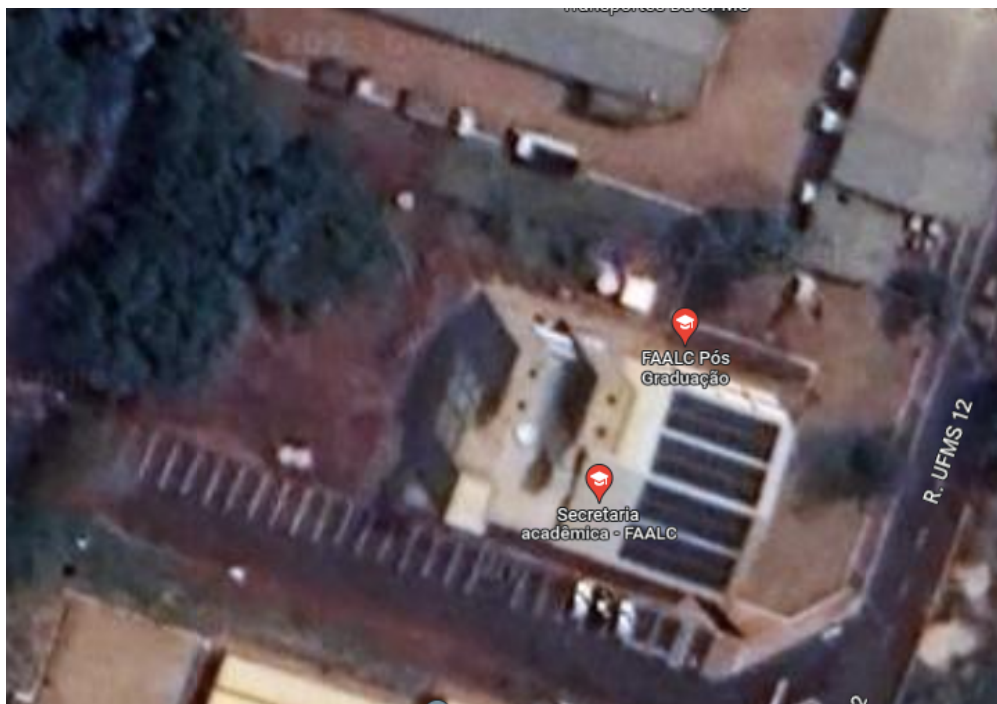


Estacionamento da FACFAN (26 unidades, totalizando 330,72 m²):



Estacionamento da FAALC (30 unidades, totalizando 381,60 m²):





Estacionamento da UNITAL (38 unidades, totalizando 483,36 m²):



Estacionamento Biotério(27 unidades, totalizando 343,44 m²):



Passarela da FAMEZ (8 unidades, totalizando 121,6 m<sup>2</sup>):





Passarela do INQUI (6 unidades, totalizando 91,2 m²):



Área de estacionamento dos Câmpus do interior do estado:

A UFMS possui 9 Câmpus com futura cobertura de 30 carros de passeio cada, totalizando 270 unidades e 3.434,40 m².

Item	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	DESCRIÇÃO	Complemento	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	600.960	TOLDO, TIPO PASSARELA FIXA, LARGURA 2,65 CM, COMPRIMENTO 4,80 CM, MATERIAL LONA SINTÉTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTRUTURA EM AÇO, ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO, REVESTIMENTO PROTEÇÃO RAIOS UV, ANTIFÚNGIO, ANTI	COM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DE 1.1/4 E DE 2, CHAPA #16, BUCHAS COM PINO E COM FURO, PARAFUSOS AUTO BROCANTE. ENTREGAR INSTALADO. ALTURA: 2,50 METROS.	Unidade	649
2	600.861	TOLDO, TIPO PASSARELA FIXA, LARGURA 2 M, COMPRIMENTO 7,60 M, MATERIAL LONA SINTÉTICA, REVESTIMENTO PROTEÇÃO RAIOS UV, ANTIFÚNGIO, ANTIINFLAMÁVEL, ACESSÓRIOS PARAFUSOS AUTOBROCANTE	COM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DE 1.1/4 E DE 2, CHAPA #16, BUCHAS COM PINO E COM FURO, PARAFUSOS AUTO BROCANTE. ENTREGAR INSTALADO. ALTURA: 2,50 METROS.	Unidade	14

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 4.098.056,71

Foi realizada solicitação de cotação de preços através de e-mail para 7 empresas do ramo, como demonstrado nos Anexo I, II, III e pelo sistema de pesquisa de preços compras.gov (Anexo IV), da qual resultou-se a planilha comparativa de preços abaixo:

Item	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO Médio Compras	VALOR UNITÁRIO RVA	VALOR UNITÁRIO Diamantina	Valor Unitário Médio	Valor Total
1	649	R\$ 4.194,50	R\$ 7.840,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.178,17	R\$ 4.009.623,33
2	14	R\$ 4.000,00	R\$ 8.150,00	R\$ 6.800,00	R\$ 6.316,67	R\$ 88.433,38
Valor Máximo Aceitável						R\$ 4.098.056,71

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

*As compras, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021). Devem também ser observadas as regras do artigo 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento. No caso desta licitação, será seguida a regra do parcelamento, com lances por item.*

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes a esta licitação.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação visa atender as necessidades da UFMS de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, pg. 15, disponível em: <<https://pdi.ufms.br/files/2022/05/pdi-2020-2024-realinhado-2022.pdf>>.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os materiais e instalação serão utilizados para providenciar abrigo do sol para estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos em espaços da UFMS.

## 14. Providências a serem Adotadas

O estudo preliminar não identificou providências específicas a serem adotadas para a presente contratação.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

O presente estudo não vislumbra impactos ambientais negativos.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto a Diretoria de Serviços e Logística declara ser viável essa contratação de fornecimento de toldo em benefício dos objetivos institucionais da UFMS.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUSTAVO DA SILVA ALMEIDA**

Agente de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - E-mail de Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Solicitação de Orçamento.pdf (83.25 KB)
- Anexo II - PROP - 83 - FUMS - TOLDOS.pdf (311.06 KB)
- Anexo III - PROPOSTA 075.2023 -Mato Grosso.pdf (216.6 KB)
- Anexo IV - cotação-resumido-137-2023.pdf (58.05 KB)

**Anexo I - E-mail de Universidade Federal de Mato Grosso  
do Sul - Solicitação de Orçamento.pdf**





Diretoria de Serviços e Logística &lt;diserv.proadi@ufms.br&gt;

---

## Solicitação de Orçamento

---

**Diretoria de Serviços e Logística** <diserv.proadi@ufms.br>

1 de junho de 2023 às 15:19

Para: Diamantina Comércio e Serviços &lt;diamantinaempreendimentos@gmail.com&gt;

Cco: Toldoscgms@gmail.com, contato@toldosbrasilms.com.br, araratoldos@gmail.com, tlrengenharia@gmail.com, paulo@telasetoldos.com.br, Compras Grupo RVA &lt;compras@gruporva.com.br&gt;

Boa Tarde,

Enviamos este e-mail para solicitar à prezada empresa cotação, conforme o modelo anexo, para consulta dos preços praticados no mercado para aquisição e instalação de toldo, incluindo fornecimento de mão de obra, insumos, peças e acessórios, para suprir as necessidades da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Por favor preencher com os dados da empresa e o preço unitário do serviço no campo "Valor Unitário", assinar e enviar. Desde já agradecemos pela contribuição.

Cordialmente,  
Gustavo da Silva Almeida  
SEOE/DISERV/PROADI  
(67) 3345-7105  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**modelo de cotação.xlsx**

14K

**Anexo II - PROP - 83 - FUMS - TOLDOS.pdf**

A

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL**

Conforme solicitação segue nossa proposta orçamentária para execução de serviço de instalação de toldos:

MODELO DE COTAÇÃO DE AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE TOLDO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL						
Nome da empresa: DIAMANTINA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA						
Endereço: CCSW 05 BLOCO D SALA						
Telefone para contato: (61) 3579-5588 / (61) 98237-7594						
CNPJ: 00.696.483/0001-00						
Validade da proposta em dias: 30 (TRINTA) DIAS.						
Data: 01 DE JUNHO DE 2023						
Item	Descrição	Descrição Complementar	Qnt	Unid	V. Unit	Valor Total
1	TOLDO, TIPO PASSARELA FIXA, LARGURA 2,65 CM, COMPRIMENTO 4,80 CM, MATERIAL LONA SINTÉTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTRUTURA EM AÇO, ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO, REVESTIMENTO PROTEÇÃO RAIOS UV, ANTIFÚNGIO, ANTI	Anti Inflamável, estrutura com tubos em aço 1 1/4 e de 2, chapa #16, acabamento em esmalte sintético, com parafusos autobrocantes, buchas com pino e com furo. Deverá ser entregue e instalado. ALTURA: 2,50 METROS.	649	Und	R\$ 6.500,00	<b>R\$ 4.218.500,00</b>
2	TOLDO, TIPO PASSARELA FIXA, LARGURA 2 M, COMPRIMENTO 7,60 M, MATERIAL LONA SINTÉTICA, REVESTIMENTO PROTEÇÃO RAIOS UV, ANTIFÚNGIO, ANTIINFLAMÁVEL, ACESSÓRIOS PARAFUSOS AUTOBROCANTES	Anti Inflamável, estrutura com tubos em aço 1 1/4 e de 2, chapa #16, acabamento em esmalte sintético, com parafusos autobrocantes, buchas com pino e com furo. Deverá ser entregue e instalado. ALTURA: 2,50 METROS.	14	Und	R\$ 6.800,00	<b>R\$ 95.200,00</b>
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 4.313.700,00</b>

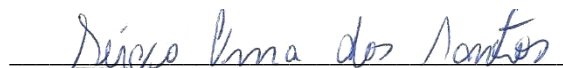
Declaramos que em nossos preços estão inclusos todos os gastos para a execução dos serviços.

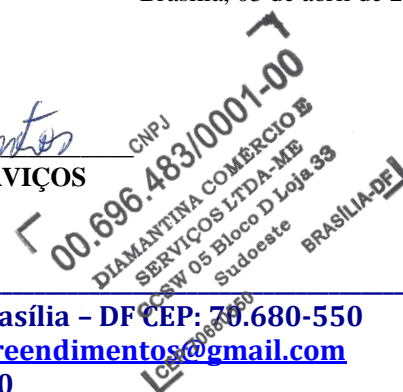
Prazo de Validade da Proposta: 30 (trinta) dias.

Prazo de execução: 90 (noventa) dias úteis.

Forma de Pagamento: Após emissão da nota fiscal.

Brasília, 03 de abril de 2023.

  
DIAMANTINA COMERCIO E SERVIÇOS  
CNPJ: 00.696.483/0001-00



## **Anexo III - PROPOSTA 075.2023 -Mato Grosso.pdf**

**RVA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI**

CNPJ: 20.936.189/0001-36 I.E: 07.693.176/001-19

Vicente Pires - Rua 12, Chácara 152/1, Lote 36 – Sala 1

CEP: 72007-655

TELEFONE: (61) 3032-5530

E-MAIL: supervisor1@gruporva.com.br

Agência: 011 Conta Corrente: 033723-9 Banco de Brasília

Agência: 3478-9 Conta Corrente: 1.50.232-8 Banco do Brasil

Nome da empresa: RVA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI						
Endereço: Vicente Pires - Rua 12, Chácara 152/1, Lote 36 – Sala 1						
Telefone para contato: (61) 3032-5530						
CNPJ: 20.936.189/0001-36						
Validade da proposta em dias: 60 (SESSENTA) DIAS.						
Data: 05 DE JUNHO DE 2023						
Ordem	Descrição	Descrição Comple- mentar	Qtd	Unid	Preço Unitário	Preço Total
1	TOLDO, TIPO PASSARELA FIXA, LARGURA 2,65 CM, COMPRIMENTO 4,80 CM, MATERIAL LONA SINTÉTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIO- NAIS ESTRUTURA EM AÇO, ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO, REVESTIMENTO PROTEÇÃO RAIOS UV, ANTI- FÚNGIO, ANTI	Anti Inflamável, estrutu- ra com tubos em aço 1 1/4 e de 2, chapa #16, acabamento em esmalte sintético, com parafusos autobrocantes, buchas com pino e com furo. Deverá ser entregue e instalado. ALTURA: 2,50 METROS.	649	Unidade	R\$ 7.840,00	R\$ 5.088.160,00
2	TOLDO, TIPO PASSARELA FIXA, LARGURA 2 M, COM- PRIMENTO 7,60 M, MATERIAL LONA SINTÉTICA, REVESTI- MENTO PROTEÇÃO RAIOS UV, ANTIFÚNGIO, ANTIIN- FLAMÁVEL, ACESSÓRIOS PARAFUSOS AUTOBROCAN- TES	Anti Inflamável, estrutu- ra com tubos em aço 1 1/4 e de 2, chapa #16, acabamento em esmalte sintético, com parafusos autobrocantes, buchas com pino e com furo. Deverá ser entregue e instalado. ALTURA: 2,50 METROS.	14	Unidade	R\$ 8.150,00	R\$ 114.100,00
<b>PREÇO TOTAL</b>						<b>R\$ 5.202.260,00</b>

**CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:****Impostos/Taxas:** Inclusos.**Prazo de Validade da Proposta:** 60 (Sessenta) Dias.**Prazo de Garantia do Material:** Conforme o Edital.**Prazo de Entrega/Execução:** 90 (Noventa) Dias.**Condições de Pagamento:** Crédito em Conta Corrente.

Atenciosamente,

Ronan Viana de Araújo

036.486.161-45

2.873.409 DF

Sócio Administrador

Telefone: (61) 3043-8950

E-mail: [licitacoes@gruporva.com.br](mailto:licitacoes@gruporva.com.br)

**Anexo IV - cotação-resumido-137-2023.pdf**

# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

### Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
137/2023	154054	Concluída	GUSTAVO DA SILVA ALMEIDA
Título: Toldos			
Observações:			
Total de itens cotados: 2			

### Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade	
600960 - Toldo Tipo: Passarela Fixa , Largura: 2,65 CM, Comprimento: 4,80 CM, Material: Lona Sintética , Características Adicionais: Estrutura Em Aço, Acabamento Em Esmalte Sintético , Revestimento: Proteção Raios Uv, Antifúngio, Anti-Inflamável , Acessórios: Parafusos Autobrocantes	Unidade	649	
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	Mediana	Maior Preço
R\$ 4.000,0000	R\$ 4.194,5000	R\$ 4.194,5000	R\$ 4.389,0000

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	Compras.gov.br	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	198	R\$ 4.000,0000	30/11/2022	Sim
2	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOMIA	2	R\$ 4.389,0000	24/11/2022	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
600861 - Toldo Tipo: Passarela Fixa , Largura: 2 M, Comprimento: 7,60 M, Material: Lona Sintética , Revestimento: Proteção Raios Uv, Antifúngio, Anti-Inflamável , Acessórios: Parafusos Autobrocantes	Unidade	14

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 4.000,0000

Média

R\$ 4.000,0000

Mediana

R\$ 4.000,0000

Maior Preço

R\$ 4.000,0000

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	Compras.gov.br	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	1	R\$ 4.000,0000	30/11/2022	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 27/07/2023 11:44

Memória de calculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021): Média: corresponde à soma dos valores das amostras, dividida pelo número de amostras. Mediana: medida de tendência central das amostras que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos."